



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO ME/EPP SRP Nº. 003/2018.

CONTRATO PMSG Nº. 013/2018

TERMO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO, QUE SERÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E A INVICTTA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA. - ME.

Aos dois dias do mês de março do ano de 2018, o Município de São Gonçalo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Dr. Feliciano Sodré, nº. 100, Centro, São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado, neste ato, pelo **Secretário Municipal de Administração, o Sr. MARCELO CONCEIÇÃO DE AZEREDO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº. 09.762.477-2, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o nº. 032.171.867-45, e do outro lado a **INVICTTA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA. – ME**, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida Rua Raul Veiga, nº. 373, Loja 02, Raul Veiga/São Gonçalo/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.746.140.0001/67, neste ato, representada pelo **Sr. LEANDRO PINHEIRO DOS SANTOS**, portador da Carteira de Identidade nº. 11323677-2, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. 073.762.327-61, **Processo Administrativo nº. 15.060/2017** através do **Pregão Eletrônico SRP EXCLUSIVO ME/EPP N.º 003/2018**, assinam o presente Contrato, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal nº. 142/2004 e pelo Decreto Municipal nº. 057/2009, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PRAZO

1.1. Fornecimento de material gráfico, que serão utilizados pela Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias da Prefeitura.

1.2. O presente instrumento terá sua vigência a partir da sua publicação pelo período de 12 (doze) meses.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO ME/EPP SRP Nº. 003/2018.

2.1. DA CONTRATADA

2.1.1. Executar, por sua conta, todas as despesas relativas à aquisição do material do presente contrato, inclusive todas as taxas e impostos incidentes sobre o mesmo, bem como o custo do transporte em razão da execução do contrato, computando-se carga e descarga, ocorrendo toda operação única e exclusivamente por sua conta, risco e responsabilidade.

2.1.2. Observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora.

2.1.3. Arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer da aquisição, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do CONTRATANTE.

2.1.4. A CONTRATADA se obriga a manter durante a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.

2.1.5. A CONTRATADA se obriga a efetuar a entrega dos materiais de expediente em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

2.1.6. A CONTRATADA se responsabiliza pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

2.1.7. A CONTRATADA se obriga a atender prontamente a quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto da presente licitação.

2.1.8. Os deveres previstos nos subitens anteriores impliquem na obrigação de, a critério da CONTRATANTE, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com avarias ou prazo de validade vencido.

2.1.9. A CONTRATADA devem comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO ME/EPP SRP Nº. 003/2018.

2.1.10. A CONTRATADA não deve transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no Contrato.

2.2– DA CONTRATANTE

2.2.1. Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas.

2.2.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o material a ser entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo CONTRATADO.

2.2.3. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

2.2.4. Notificar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas no produto.

3- CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR

3.1. A despesa no valor de **R\$ 30.925,00 (trinta mil e novecentos e vinte e cinco reais)** correrá a conta do PT. Nº. 2022.04.122.1001.2.091; ND nº. 3.3.90.30.00 e Fonte 00.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O **Município de São Gonçalo** pagará à Contratada, a importância pactuada, conforme a comprovação do material efetivamente prestado.

4.2. A cobrança das entregas realizadas deverão ser feitas pela Contratada, de acordo com as especificações estabelecidas, devendo vir acompanhada dos seguintes documentos:

- 4.2.1 Nota Fiscal/Fatura (duas vias);
- 4.2.2 Cópia do Termo de Contrato;
- 4.2.3 Cópia de Termos Aditivos se houver;
- 4.2.4 Cópia da(s) Nota(s) de Empenho;
- 4.2.5 Prova de regularidade com o FGTS;
- 4.2.6 Prova de Regularidade com o INSS.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO ME/EPP SRP Nº. 003/2018.

4.3. O pagamento das notas fiscal(s)/fatura(s) dos materiais, devidos à contratada serão efetuados pela **Secretaria Municipal de Administração**, até o trigésimo dia a contar da data final do período de adimplemento;

4.3.1. O Pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” por 3 (três) servidores vinculados a Secretaria Municipal de Administração, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota/Fiscal apresentada.

4.4. Nos termos do que dispõe a alínea “d”, Inciso XIV, do Art. 40 da Lei Federal nº. 8.666/93 ficam estabelecidos os seguintes critérios de penalizações e compensações financeiras:

4.4.1 Em ocorrendo atraso de pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, esta terá direito a receber sobre a parcela devida:

4.4.1.1. Multa no valor correspondente a 1% (um por cento);

4.4.1.2. Compensação financeira no valor equivalente a variação do IGPM, calculado “*pro rata die*”, entre a data estabelecida para o vencimento da fatura e a data do efetivo pagamento.

4.4.2. Por eventuais antecipações nos pagamentos devidos, a Contratada concederá ao **MUNICÍPIO** desconto, a título de compensação financeira, no valor equivalente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação, calculados sobre o valor devido.

4.5. A nota fiscal/fatura relativa à cobrança consignará valores em reais e discriminará a especificação do produto fornecido, nome do banco, agência e o número da conta corrente e deverá ser emitida em duas vias em nome da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Rua Dr. Feliciano Sodré, n.º 100 – Centro – São Gonçalo, RJ, CNPJ nº. 28.636.579/0001-00, CEP 24.440.440, Inscrição Estadual – Isento de taxa.

4.6. Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades contratuais, quaisquer que forem, nem implicará em aceitação definitiva do material entregue.

4.7. Na hipótese da cobrança emitida apresentar erros, os documentos equivocados serão devolvidos à Contratada, para fins de substituição, no prazo de 72 (setenta e duas) horas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO ME/EPP SRP Nº. 003/2018.

4.8. Após apresentação da nova cobrança passará a fluir o prazo previsto no subitem 4.3, sem que se possa reclamar multa ou compensação financeira desse período.

4.9. A Contratada obriga-se a manter em carteira as **faturas originárias** da contratação, sendo vedada sua negociação, tendo em vista que o pagamento será creditado diretamente na sua conta corrente bancária.

4.10. A Contratada obriga-se, também, a não transacionar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, quaisquer **OBRIGAÇÕES**, bem como **DIREITOS**, decorrentes do presente instrumento, por ser completamente vedado por Lei e, conseqüentemente, nulo qualquer ato que venha a ser realizado neste sentido pela Empresa que vier a ser contratada.

4.11. A Licitante quando da contratação, em nenhuma hipótese permitirá a realização de protesto de títulos contra o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, em decorrência da negociação, por parte da Contratada, das faturas originárias da contratação, com bancos ou outros agentes financeiros, sujeita às sanções previstas no Edital e neste Termo. Sujeitar-se-á, ainda, a indenizar como perdas e danos, viabilizando, ainda, a aplicação das sanções de suspensão do direito de com ela licitar e contratar, podendo, a Contratada ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5.1. O Preço contratado é fixo e irrevogável, em conformidade com a legislação vigente.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA

6.1. A aquisição do objeto do fornecimento será feita de forma parcelada durante o período de 12 (doze) meses, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias da Prefeitura.

6.2. Os materiais deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da entrega do empenho ao fornecedor, conforme o pedido efetuado pelo responsável do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração, as entregas dos materiais deverão ser realizadas na presença do responsável supramencionado no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração, situada na Travessa Uriscina Vargas, nº. 36, Mutondo - SG, no horário das 09:00 horas às 16:00 horas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO ME/EPP SRP Nº. 003/2018.

6.3. Consideram-se aceitos e aprovados os produtos que no prazo de até 04 (quatro) dias úteis, contados do recebimento provisório e da entrega da Fatura/Nota Fiscal, que não sejam contestados pela CONTRATANTE.

6.4. A **CONTRATADA** compromete-se a dar total garantia quanto à qualidade do produto fornecido, bem como, efetuar a substituição no prazo de 05 (cinco) dias corridos, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado e inutilizado.

6.5. A **CONTRATADA** responsabiliza-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, correndo a cargo da **CONTRATANTE** absolutamente os valores ao efetivo fornecimento do objeto ao preço cotado na proposta contratada.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO

7.1. O recebimento dos materiais de expediente dar-se-á pelo responsável do Almoxarifado.

7.1.1. Provisoriamente: para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações e verificação da qualidade, quantidade e validade dos materiais de expediente;

7.1.2. Definitivamente: após a verificação de que os materiais entregues possuem todas as características consignadas na especificação do objeto, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos;

7.2. Após o recebimento, caso a entrega dos materiais esteja de acordo com o exigido no Termo de Referência, as notas fiscais serão atestadas por 03 (três) servidores indicados pelo Secretário da pasta solicitante e encaminhadas para pagamento.

8 - CLÁUSULAS OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA NO TODO OU EM PARTE.

8.1. A **CONTRATADA** não deve transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

9 - CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA TÉCNICA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO ME/EPP SRP Nº. 003/2018.

9.1. A CONTRATADA assumirá plena responsabilidade pelos materiais entregues, abrangendo a qualidade, bem como a eventual necessidade de substituição daqueles que não se apresentem em condição de uso necessário para o cumprimento das obrigações contratuais.

9.2 Os materiais de expediente terão garantia de no mínimo 06 (seis) meses após a entrega, ou prazo maior, conforme especificações dos fabricantes.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. O presente **Contrato** poderá ser alterado nos seguintes casos:

I- Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do modo de fornecimento do material, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **Contrato**.

II – Unilateralmente pela Administração:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº. 8.666/93.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela **CONTRATADA**, o **MUNICÍPIO** aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993:

1. **Advertência escrita;**
2. **Multa;**
3. **Suspensão temporária;**
4. **Declaração de inidoneidade.**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO ME/EPP SRP Nº. 003/2018.

11.2. **Advertência por escrito**, quando a **CONTRATADA** infringir obrigações ajustadas no **CONTRATO** e fora primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pelo representante da Administração responsável pela **FISCALIZAÇÃO**, prazo à **CONTRATADA** para sanar as irregularidades.

11.3. Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato

11.3.1. O representante da Administração responsável pela **FISCALIZAÇÃO** será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

11.3.2. A multa a que se referem o artigo 86 e o inciso II, do artigo 87, da Lei n.º. 8.666, de 21 de junho de 1993, pode se redefinida e aplicada nas situações seguintes:

11.3.2.1. Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;

11.3.2.2. Por inexecução total ou parcial.

11.3.2.3. No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0, 2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

11.3.2.4. No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0, 4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

11.4 - Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa

11.4.1 Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a **CONTRATADA**, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

11.4.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a **CONTRATADA** sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

11.4.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

11.4.4. As multas serão recolhidas em favor da **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO ME/EPP SRP Nº. 003/2018.

CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

11.4.5. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do **Secretário Municipal de Administração**;

11.4.6. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela **CONTRATADA**, no prazo estipulado no **item 10.4.4.** será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da **CONTRATADA**, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

11.4.7. A imposição de qualquer penalidade não exime a **CONTRATADA** do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar a **Administração Pública** direta ou indireta.

11.4.8. Em se tratando de Compras, **será considerado como inexecução total do Contrato**, por parte da **CONTRATADA**, atraso superior a **60(sessenta) dias corridos**.

11.4.9. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pela **Secretaria Municipal e Administração**, órgão integrante da Administração Pública direta.

11.5. **Suspensão temporária** – é a penalidade que suspende a participação em **Licitação** e declara o impedimento de contratar como **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, por prazo não superior a dois anos, a se restabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

11.6. **Declaração de inidoneidade** – é a declaração que impede a Empresa **Licitante** ou **CONTRATADA** de licitar ou contratar com a **Administração Pública**, enquanto perdurarem motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a **Licitante** ou **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO ME/EPP SRP Nº. 003/2018.

11.6.1. O processo de pedido de **Declaração de Inidoneidade** da **Licitante** ou **CONTRATADA** será encaminhado para a **Procuradoria Geral do Município** para apreciação, antes de ser publicada.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO

12.1. As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

12.2. A **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente **Contrato**, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art.78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei nº. 8.666/93, sem que caiba a **CONTRATADA** qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrar em cabíveis em processo administrativo regular.

12.3. Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegura dos o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art.78 da Lei n.º8.666/93.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR

13.1. Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das **PARTES**, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados como objeto deste **CONTRATO**.

13.2. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pela Comissão de Fiscalização da **Secretaria Municipal de Administração**, para que esta decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem as entregas do objeto deste **CONTRATO**.

13.3. Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas **PARTES**.

13.4. Serão para fins deste **CONTRATO** casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do §1º do artigo 57 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

13.5. Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste **CONTRATO**.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO ME/EPP SRP Nº. 003/2018.

13.6. No caso de não ser reconhecida pela **CONTRATANTE** a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste **CONTRATO**.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. A Administração Municipal publicará no Diário Oficial do Município o extrato do contrato celebrado em decorrência de licitação realizada na modalidade pregão, no prazo de até 20 (vinte) dias da data da sua assinatura, conforme artigo 31, do Decreto Municipal nº. 142/2004.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

15.1.1. O representante da **CONTRATANTE** deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/93;

15.3. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.4. A Contratada se compromete a aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela Fiscalização e previstos no futuro Contrato, no Edital, Termo de Referência e Normas Técnicas da ABNT, pertinentes, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações e esclarecimentos que a fiscalização julgar necessário ao desempenho de suas atividades.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO ME/EPP SRP Nº. 003/2018.

16.1. Fica reservado a Fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o fornecimento objeto deste Contrato.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº. 8. 666/93.

17.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.3. É prerrogativa do CONTRATANTE as disposições previstas no Art.58, da Lei nº. 8.666/93.

17.4. O ato convocatório desta licitação e seus anexos integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DO FORO

18.1. Obriga-se a CONTRATADA, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegia do que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03(três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

<p>SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>CONTRATANTE</p>	<p>INVICTTA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA-ME.</p> <p>CONTRATADA</p>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO ME/EPP SRP Nº. 003/2018.

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____